



ISSN: 2175-5493

XI COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

14 a 16 de outubro de 2015

ANTICOMUNISMO E DEMOCRACIA: AÇÕES ANTICOMUNISTAS NOS ANOS DE LEGALIDADE DO PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL (1945-1947)

Roberta Lisana Rocha Santos ·
(UESB)

José Alves Dias ·
(UESB)

RESUMO

O texto em tela tem a pretensão de fazer algumas reflexões acerca do anticomunismo no Brasil, durante o período de legalidade do Partido Comunista do Brasil (PCB) entre os anos de 1945 a 1947. Busca-se aqui, também, analisar a atuação do PCB, a partir da transição da ditadura do Estado Novo para a consolidação da liberal-democracia no país.

PALAVRAS-CHAVES Anticomunismo, comunismo, Partido Comunista.

INTRODUÇÃO

O texto em tela tem a pretensão de fazer algumas reflexões acerca do anticomunismo no Brasil, durante o período de legalidade do Partido Comunista do Brasil (PCB) entre os anos de 1945 a 1947. Busca-se aqui, também, analisar a atuação do PCB, a partir da transição da ditadura do Estado Novo para a consolidação da liberal-democracia no país.

· Mestranda em História pela Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS) e membro do Grupo de Pesquisa: Política e Sociedade no Brasil Imperial e Republicano (GEPS). E-mail: roberta.lisana@hotmail.com.

· Doutor em História Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ); Professor Adjunto do Departamento de História da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB) e membro do Grupo de Pesquisa: Política e Sociedade no Brasil Imperial e Republicano (GEPS). E-mail: jdiashistory@gmail.com.



ISSN: 2175-5493

XI COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

14 a 16 de outubro de 2015

Na conjuntura democrática inaugurada em 1945, predominou na vida política brasileira um sistema pluripartidário. O regime implantado marcaria época, tanto pelas características dos partidos que o conformaram, como pela polarização dualista que, camuflada na pluralidade, marcou aquele período de forma definitiva. Após o Estado Novo, caracterizado pela ausência de partidos, o Brasil presenciou uma disputa eleitoral entre onze legendas.⁸ Neste cenário, merece destaque o retorno à legalidade do já legendário Partido Comunista do Brasil (PCB), fundado em 1922, mas que esteve na ilegalidade durante anos consecutivos.

O PCB apresentava-se como uma agremiação bastante diferenciada das demais: primeiro, havia sido fundado em 1922, no esteio da Revolução Bolchevique de 1917, e era um partido de atuação histórica bastante anterior ao sistema instaurado em 1945; segundo, desde a sua fundação, época em que os partidos formavam-se sobre bases regionalistas, o PCB já constituía uma agremiação de base nacional, com fortes laços internacionais. Tratava-se, portanto, de uma legenda com programa nítido, vinculado ao projeto de revolução socialista mundial. Por fim, possuía um vigoroso vínculo ideológico com o marxismo (DELGADO 2003).

Entretanto, a presença legal do PCB na vida política brasileira teria uma existência curta. Em maio de 1947, em pleno clima de Guerra Fria, durante o mandato presidencial do líder pessedista, marechal Eurico Gaspar Dutra, ex-ministro da guerra do Estado Novo, o registro do partido foi cassado e em seguida foram cassados, também, os mandatos dos representantes do PCB nos poderes, Legislativos Federal, Estaduais e Municipais.

Conforme Rodrigo Patto Sá Motta (2002), a presença do anticomunismo no Brasil remonta a Revolução Bolchevique de 1917, mas, naquele momento, os setores

⁸ Legendas que se formaram em 1945 com o processo de redemocratização: Partido Republicano Democrático (PRD), Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), Partido Social Democrático (PSD), Partido Libertador (PL), Partido Republicano (PR), Partido Comunista do Brasil (PCB), Partido Sindicalista (PS), Partido Republicano Progressista (PRP), Partido Agrário Nacional (PAN), União Democrática Nacional (UDN) e Partido Democrata Cristão (PDC).



ISSN: 2175-5493

XI COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

14 a 16 de outubro de 2015

mais conservadores da sociedade viam o comunismo como um fenômeno distante da realidade brasileira. Até mesmo a fundação do PCB, em 1922, não se constituiu uma grande ameaça a estabilidade interna do capitalismo no país. Logo, para o autor, a primeira grande onda anticomunista que ocorreu no país se iniciou com a Revolta de 1935.⁹

A história do anticomunismo no Brasil se encontra intimamente vinculada ao colapso de regimes liberal-democráticos e a instauração de sistemas ditatoriais: de 1935 a 1937, que culminou com a instalação do Estado Novo e, posteriormente, na década 1960, resultando no golpe militar de 1964.

No entanto, é preciso ressaltar que, para além desses dois períodos, em meados da década de 1940, ao fim da Segunda Guerra Mundial, durante o processo de transição política da ditadura para a liberal-democracia, se iniciou um novo período de perseguição aos comunistas, resultando na cassação do registro do PCB em 1947.

Deste modo, ao tratar do anticomunismo que assola o país, em 1945, faz-se necessário tecer algumas considerações acerca do sentimento americanista que emerge no mundo, principalmente na América, ao fim da Segunda Guerra. Por outro lado, a tradição conservadora e a herança colonial da propriedade fundiária, também, são fatores a serem considerados mais adiante.

Capitalismo e liberalismo no pós- guerra

O americanismo pode ser conceituado como uma espécie de ideologia nacional, caracterizada pelo individualismo, a crença na iniciativa privada, a defesa das liberdades políticas, um patriotismo acrítico, a valorização da religião, a confiança nas autoridades e nas instituições (RODEGHERO, 2002).

⁹ A Revolta de 1935 foi um levante militar organizado pela Aliança Nacional Libertadora (ANL), tratava-se de um movimento nacional-libertador, anti-imperialista, anti-integralista, favorável a industrialização e defensora da democratização do país. Cf. VIANNA, Marly de Almeida Gomes. As rebeliões de novembro de 1935. *Revista Novos Rumos*. N.º 34, ano 16, p.01-40, 2001.



ISSN: 2175-5493

XI COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

14 a 16 de outubro de 2015

Naquele momento, dentro e fora dos Estados Unidos, iniciou-se a construção ideológica de que se tratava de uma nação perfeita, a “pátria da democracia”. Deste modo, a democracia liberal tornou-se símbolo do *status quo* e da oposição ao fascismo e ao comunismo. Essa perspectiva foi reforçada nos anos de Guerra Fria, quando os estadunidenses tiveram que se confrontar com o seu “grande inimigo”, o comunismo.¹⁰

Com o fim da guerra, a Europa vivia um momento de fragilidade, atolada em inúmeras dívidas. Para os Estados Unidos, no entanto, o resultado foi bastante favorável, visto que: seu território não foi destruído; a burguesia financeira estadunidense estava fortalecida com os resultados positivos da política do *New Deal*¹¹ que, após a Grande Depressão, retomou as rédeas da economia e duplicou a produção industrial; a sua participação ativa no conflito, após o ataque japonês a Pearl Harbor, em dezembro de 1941, permitiu-lhe alcançar liderança política e econômica com atuação destacada na Organização das Nações Unidas (ONU) e aumento do Produto Interno Bruto (PIB) que favoreceram o abastecimento interno e externo com aumento aproximado de 340 % das exportações entre 1939 e 1945. Todavia, para a emergência dos Estados Unidos, o ambiente econômico favorável não foi suficiente, tendo em vista que a sua posição hegemônica estava ameaçada pela União Soviética que, também, disputava a influência política, econômica e ideológica no mundo, com metas bastante distintas e favoráveis a ocorrência de movimentos revolucionários de caráter comunista.

Apesar da sazonalidade na intensidade Guerra Fria até 1945, com a morte do presidente americano Franklin Roosevelt, as relações entre norte-americanos e soviéticos deixaram de ter um caráter conciliatório, o novo presidente Harry Truman adotou posições mais agressivas modificando sensivelmente os métodos da política externa dos Estados Unidos. Neste sentido, houve uma “reversão de

¹⁰A concepção de inimigo interno é perspectiva defendida pela Doutrina de Segurança Nacional (DSN) consolidada em todos os países alinhados com os Estados Unidos e com o capitalismo ocidental.

¹¹ Programa instituído pelo presidente Franklin Roosevelt, nos Estados Unidos, entre 1933 e 1937, para recuperar a economia norte-americana atingida pela Grande Depressão.



ISSN: 2175-5493

XI COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

14 a 16 de outubro de 2015

alianças”, pois, de colaboradora contra a Alemanha nazista a União Soviética passou a ser a principal rival (MANTOVANI, 2003).

Enquanto isso, no Brasil, a política do marechal Dutra se baseou numa total fidelidade aos interesses norte-americanos, adotando práticas políticas e econômicas alinhadas aos Estados Unidos.

Durante toda sua vida, como militar, ministro da guerra de Estado Novo e presidente, Dutra manteve uma postura resolutamente conservadora e anticomunista, deixando claro que sempre representou os interesses da classe dominante, defensora da “ordem” e do “progresso”. Em seu mandato presidencial acionou novamente a Lei de Segurança Nacional (LSN)¹² e as intervenções nos sindicatos mais combativos. Neste período, também foram realizadas as mais danosas transações comerciais com os Estados Unidos, dissipando em curto espaço de tempo, todas as reservas acumuladas pelo Brasil durante a guerra, em troca de produtos supérfluos.

É preciso ressaltar ainda, que durante o governo Dutra, em 1949, foi criada a Escola Superior de Guerra (ESG) e a Doutrina de Segurança Nacional (DSN),¹³ na qual, além de desenvolver teorias voltadas para o desenvolvimento econômico, concebeu algumas teorias de guerra, como a da guerra revolucionária: um “conflito, normalmente interno, estimulado ou auxiliado do exterior inspirado geralmente em uma ideologia, e que visa à conquista do poder pelo controle progressivo da nação” (ALVES 1989, p.37).

Trata-se, portanto, de uma luta que não envolve necessariamente o emprego da força das armas, mas, abrange toda iniciativa de oposição organizada com força suficiente para desafiar as políticas de estado. Além disso, a guerra revolucionária estava intimamente vinculada à infiltração comunista e as iniciativas indiretas por parte do comunismo internacional controlados pela União Soviética.

¹² A Lei de Segurança Nacional (LSN) foi promulgada em 04 de abril de 1935, sua principal finalidade era transferir para uma legislação especial os crimes contra a segurança do estado. A mesma foi aperfeiçoada durante o Estado Novo e mantida nos anos posteriores.

¹³ A readaptação da Doutrina de Segurança Nacional (DSN), no Brasil, foi feita pela Escola Superior de Guerra (ESG) com a colaboração do IPES e do IBAD.



ISSN: 2175-5493

XI COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

14 a 16 de outubro de 2015

Evidentemente que um governo com tal inclinação via com maus olhos o estabelecimento de relações diplomáticas com a União Soviética e a legalização do PCB, ambos, frutos do processo de transição do regime. Cabe salientar, no entanto, que a certa altura, conforme PACHECO (1984), as lideranças do o PCB tornaram-se “mantenedores da ordem democrático-burguesa”, posicionando-se contra as greves de trabalhadores e adotando uma posição colaboracionista com o governo Dutra.

Foi neste momento que, através do projeto de união nacional, o partido passou a pleitear uma política de pacificação, onde, defendia-se abertamente a colaboração de classes com a burguesia. A legenda, segundo o autor referido, chegou a tornar-se “o partido da ordem” e defensor do “apertar o cinto”, além de inimigo das greves, em que todas as tentativas grevistas eram condenadas ou muitas vezes fracassadas, devido ao boicote dos mesmos (PACHECO, 1984).

Entretanto, é preciso compreender que a força anticomunista no Brasil asfixiava o papel revolucionário dos comunistas e impunha alianças temporárias sob o risco de isolamento absoluto da política partidária. Independente de sua situação legal ou da atuação em torno da organização da classe trabalhadora, o PCB dependeu, quase sempre, de uma conjuntura favorável, sob a qual não tinha domínio.

O anticomunismo no brasil

Motta (2002) destaca três momentos de anticomunismo agudo na história política brasileira. Primeiro, o período de 1935-1937 culminando com o golpe do Estado Novo, segundo, com o início da Guerra Fria, em meados da década de 1940 e finalmente entre 1960 e 1964, que levou ao golpe militar.

Para o autor supracitado, a “ameaça comunista” foi um argumento decisivo para justificar os respectivos golpes políticos, bem como convencer a sociedade da necessidade de repressão aos movimentos de esquerda.

Ao analisar o anticomunismo no Brasil, Motta (2002) destaca, ainda, três matrizes de combate ao comunismo, durante os momentos por ele analisados; o catolicismo,



ISSN: 2175-5493

XI COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

14 a 16 de outubro de 2015

o nacionalismo e o liberalismo, no entanto, é preciso deixar claro que esses grupos nem sempre agiam em conjunto, a atuação de cada um variou a depender da conjuntura histórica.

No campo de análise das perseguições ao partido comunista, José Roberto Martins Ferreira (1986), na dissertação “Os novos bárbaros: análise do discurso anticomunista do exercito brasileiro” aponta o papel fundamental do anticomunismo na história das Forças Armadas.

O anticomunismo se tornou uma característica marcante nas Forças Armadas, não só no Brasil, mas, também em outros países da América do Sul. A partir de 1930 as intervenções militares nas questões políticas estavam relacionadas em maior ou menor grau ao anticomunismo.

Segundo Carlos Henrique Lopes Pimentel (2011) a Forças Armadas, juntamente com outras instituições, como a igreja católica e os partidos liberais, tornaram-se arautos na defesa de uma ordem política e social, que estava sendo afrontada por ideias subversivas.

Acerca do anticomunismo católico Carla Simone Rodeghero (2002), em sua tese “Memórias e avaliações: norte-americanos, católicos e a recepção do anticomunismo brasileiro entre 1945 e 1964”. Dedicou-se ao estudo do imaginário anticomunista nos meios católicos do Rio Grande do Sul, trabalhando, especialmente, com a imprensa católica da época, além de documentos oficiais, nacionais e do vaticano.

O objetivo da pesquisadora foi analisar as diferenças entre os anticomunismos que crescia no Brasil alimentado pelas fontes romanas e aquele que chegava dos Estados Unidos.

O anticomunismo, também, foi abordado na dissertação de Martina Spohr Gonçalves (2009) intitulada “Páginas Golpistas: democracia e anticomunismo através do projeto editorial do IPES (1961-1964)”, na qual a autora analisa a contraposição entre democracia e anticomunismo, por meio das publicações editoriais do IPES, segundo a qual o projeto do IPES nada mais era que um projeto



ISSN: 2175-5493

XI COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

14 a 16 de outubro de 2015

hegemônico da sociedade, associado ao capital multinacional. Sendo, os principais valores difundidos, o anticomunismo e um modelo de democracia livre de características consideradas negativas.

Com o fim da Segunda Guerra a contradição entre comunismo e democracia serviu para justificar o anticomunismo no Brasil e no mundo. Uma clara oposição se constituía, de um lado, um mundo “livre e democrático” representado pelos Estados Unidos versus o mundo soviético e totalitário.

Carlos Zacarias de Sena Júnior (2007), em sua tese, “Os impasses da estratégia: os comunistas, o antifascismo e a revolução burguesa no Brasil (1936-1948)” delinea o panorama de atuação do partido comunista, desde a Aliança Nacional Libertadora (ANL) (1935) até a formação da união nacional (1936) contra o Estado Novo e o posterior apoio a Vargas em 1945. Para isso, o partido teve que estabelecer alianças com outros grupos antifascistas como os liberais, conservadores e moderados, levando a legenda a persistir na legalidade durante todo o ano de 1946.

Sena Júnior (2007), também destaca, as perseguições ao PCB, na conjuntura do pós-guerra, que, segundo ele foi fortemente influenciado pelo início da Guerra Fria. Conforme o referido autor:

[...] a primeira ofensiva da campanha anticomunista no Brasil, além das citadas condicionantes externas, tinha, também, profundas motivações na situação política do Brasil ainda abalado pelo golpe de 29 de outubro e pelo desencadear de inúmeras greves promovidas pelos trabalhadores de diversos ramos. (2007, p.342)

O Partido Comunista do Brasil pretendeu ser desde a sua formação a associação revolucionária da classe operária. Além disso, foi a primeira organização do país de abrangência nacional. O partido tinha um objetivo claro fazer a revolução socialista, baseada nos moldes do marxismo-leninismo.

Conforme José Antônio Segatto (1989), a própria origem do PCB foi uma consequência necessária ao processo de formação da classe operária brasileira e



ISSN: 2175-5493

XI COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

14 a 16 de outubro de 2015

do desenvolvimento de suas lutas. Sua fundação respondeu a uma exigência do movimento operário, que mostrava nas primeiras décadas do século XX, a carência de um partido político operário e revolucionário.

A revolução brasileira, portanto, comportaria duas etapas; uma primeira, em que seria retomada a insurreição pequeno-burguesa definida nas duas revoltas tenentistas de 1932 e 1924 e culminaria pela tomada do poder, por parte da burguesia, apoiada pelo proletariado; na segunda que sucederia a primeira, imediatamente, o proletariado faria sua revolução. Essa tese repousava, no mesmo mecanismo que ocorreu na União Soviética em 1917, “uma revolução gerando-se no ventre da outra, necessariamente, a de outubro no ventre da de fevereiro” (SEGATTO, 1989, p.29-30)

Na década de 1930, em meio à derrota do movimento revolucionário de 1935 e a constante ameaça do nazi-fascismo o PCB faria uma das inflexões políticas mais importantes de sua história. Abandonando a luta insurrecional, em função da luta pela democracia e pela legalidade burguesa, com base na frente popular ou nacional. (SENA JÚNIOR, 2007, p.84)

O partido comunista e a ameaça a democracia burguesa.

Não obstante o anticomunismo tenha sido uma realidade no Brasil desde a fundação do Partido Comunista, em 1922, cabe questionar as razões que levavam a tamanha oposição e, especialmente, que natureza teve o anticomunismo enquanto o PCB esteve na legalidade.

Como já foi visto anteriormente, a confluência de fatores internacionais, oriundos de acordos firmados após a Segunda Guerra Mundial, fizeram com que o anticomunismo se alastrasse pelo mundo em proporções gigantescas. Por outro lado, houve uma intensa campanha contra os comunistas no Brasil e grande parte dela estava pautada na propaganda financiada por governos e entidades privadas, bem como, jornais e políticos da base conservadora.



ISSN: 2175-5493

XI COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

14 a 16 de outubro de 2015

Em um estudo realizado sobre a repressão do governo de Eurico Gaspar Dutra e dos editoriais de jornais brasileiros de grande circulação o historiador Heber Ricardo da Silva (2009) conclui pelo seguinte:

Logo no início das discussões acerca do processo de cassação do PCB, a Folha da Manhã passou a defender a manutenção da legenda e dos mandatos comunistas. Para os dirigentes do jornal paulista, o fechamento do PCB não seria uma medida acertada, pois era mais fácil combatê-lo na legalidade do que como “entidade clandestina e subterrânea”, ou seja, na ilegalidade o partido poderia ter mais forças para provocar rebeliões sociais no país. Entretanto, à medida que o governo intensificava as suas ações no sentido de cassar o PCB, o jornal de nabantino ramos passou a defender as ações do governo contra o partido, mesmo os atos violentos e as perseguições políticas. (p.2)

Imediatamente aparece na assertiva acima uma questão fundamental para compreensão do modo como o governo e a sociedade brasileira, da primeira metade do século XX, compreendia a atuação do Partido Comunista Brasileiro. Havia, na verdade, uma mistificação acerca capacidade de mobilização dos comunistas que, em muitos casos, não correspondia à força política de sua direção e nem à extensão de sua base.

No mesmo texto apreciado anteriormente o autor demonstra um equilíbrio relativo nas opiniões sobre a cassação do Partido Comunista pelo Tribunal Superior Eleitoral e enumera argumentos contrários e favoráveis à decisão jurídica nos mais diversos órgãos da imprensa. Existe nesta informação um dado relevante que deve ser considerado, pois, apesar de um conjunto de matérias fazer referência à necessidade de manter a legenda partidária comunista na legalidade, os argumentos se dividiam em dois campos distintos, quais sejam, a eficiência do controle pelo judiciário e o direito constitucional de organização política. Em qualquer dos casos o anticomunismo velado aparece sob a forma do controle estatal. Exatamente, por isso, o autor retira das páginas impressas do Estado de



ISSN: 2175-5493

XI COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

14 a 16 de outubro de 2015

São Paulo (OESP), do Correio da Manhã (CM) e da Folha da Manhã (FM), a seguinte afirmação:

Diferentemente de OESP e CM, a FM concluiu que a cassação do PCB não alteraria o problema do comunismo no Brasil, pois na ilegalidade ou na legalidade o partido continuaria a utilizar os mesmos métodos subversivos e de persuasão das massas. E reconhecia que, com a cassação do PCB, o governo e as autoridades policiais teriam bases jurídicas legais para reprimir as suas ações. (SILVA, 2009, p. 5)

Conquanto o artigo acima apresentado contenha informações fundamentais para a compreensão de variáveis importantes do anticomunismo durante o período de legalidade do Partido Comunista no Brasil é preciso avançar na análise para compreender outros elementos que aquela publicação não ensejou realizar.

A ameaça do comunismo à democracia burguesa no Brasil é algo que nos remete a uma discussão acerca dos postulados do liberalismo republicano que encontram resistência entre a vanguarda da classe trabalhadora no Brasil, logo após o fim do Império. A despeito de toda a luta empreendida por anarquistas, comunistas e trabalhistas contra a opressão da burguesia brasileira os elementos cruciais que determinaram o tipo de anticomunismo predominante no país foram o conservadorismo político e social, bem como, a defesa incontinenti da propriedade privada latifundiária.

Segundo o historiador Edgar Carone (1989), a influência das ideias comunistas e do capitalismo no Brasil é gradual e dispersa, o que entrava, por um lado, o crescimento capitalista e, por outro, a formação de uma classe operária pujante nas primeiras décadas do século XX.¹⁴

Deste modo, o crescimento econômico da burguesia incipiente encontra obstáculos no poder político da elite agrária e, antes de uma luta entre burguesia e

¹⁴ Entre os fatores destacados pelo autor para a especificidade brasileira, tanto para o crescimento do capitalismo quanto para a expansão da classe operária estão: a forma de ocupação do solo, o isolamento das cidades, a inexistência de infraestrutura e o baixo poder aquisitivo em algumas regiões e a predominância da economia agrária.



ISSN: 2175-5493

XI COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

14 a 16 de outubro de 2015

proletariado, os primeiros embates foram entre as classes dominantes no campo e na cidade. Como resultado, ao final do século XIX, ocorre uma primeira fusão que vai determinar o caráter do capitalismo brasileiro, ou seja, a oligarquia agrária adquire um caráter empresarial e mercantilista e a burguesia aparece de forma mais consolidada.

Como resultado, forma-se no seio da classe dominante uma fração oligarca-liberal-burguesa que, também, reforça a direção política do Estado no período republicado posterior. Ao mesmo tempo, se associam lideranças religiosas e de movimentos sociais que estarão totalmente consolidadas como um corpo dirigente quando Getúlio Vargas irrompe com o movimento de 1930 e assume o comando nacional dessa aliança político-econômica.

Por outro lado, Cláudio Batalha (2003) esclarece que a Proclamação da República e a universalização do voto mudaram as condições políticas no Brasil, pois, abriram espaço para a inserção em massa do socialismo nos sindicatos e possibilitaram a adesão maciça de operários às suas organizações. Portanto, foram as condições políticas do Brasil, da Primeira República, que possibilitaram a formação de uma classe operária vigorosa. (p. 172).

Entre os dois polos de análises acima não existem contradições, ao contrário, há uma reafirmação que pode ser condensada da seguinte forma: a elite agrária e fundiária oriunda do período colonial brasileiro assume o papel mercantilista e, paulatinamente, absorve as mudanças econômicas e políticas do capitalismo mundial até o ponto de depor a monarquia e implantar uma forma de republicanismo que opere com os mesmos arranjos do liberalismo burguês, sem, contudo, se despojar do conservadorismo, do mandonismo e da propriedade fundiária.

Este movimento histórico da classe dominante brasileira é fundamental para compreender porque o anticomunismo adquire relevos no país que, associados aos fatores externos, o tornam mais intenso e brutal na forma de repressão. De modo semelhante, pode-se compreender porque os movimentos do Partido Comunista



ISSN: 2175-5493

XI COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

14 a 16 de outubro de 2015

Brasileiro são tão sinuosos, visto que, a conjuntura política nas primeiras décadas do período republicano foi marcada por antecipações da classe dominante às aspirações pretendidas pela vanguarda dos comunistas ocupados em fazer a revolução brasileira.

CONCLUSÕES

Do que foi exposto, acerca da atuação do Partido Comunista do Brasil, desde a sua criação em 1922, passando pelo período de legalidade, entre 1945 e 1947, concluindo com a fase imediatamente posterior quando é novamente posto na ilegalidade, pode-se afirmar que existe uma peculiaridade na formação da burguesia nacional, cuja origem é majoritariamente agrária e conservadora, ao mesmo tempo em que a organização do partido comunista se defronta com uma conjuntura política instável e ardilosa, na qual dificilmente se opera com os mecanismos tradicionais adquiridos das experiências com o capitalismo em outros países e exige constantes redimensionamentos da proposta revolucionária comunista.

Dentro do quadro acima apresentado, o anticomunismo em períodos de legalidade democrático-burguesa, como é o caso aqui especificado, é caracterizado por um alinhamento com os Estados Unidos e a imposição de suas técnicas de propaganda e repressão, como também, por um processo ideológico de desconstrução do comunismo através da defesa da propriedade privada e moralidade conservadora cristã. Sendo assim, as ações anticomunistas são, ao mesmo tempo, diretas e repressivas, como também, ocultas e dissimuladas quanto à realidade social.



ISSN: 2175-5493

XI COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

14 a 16 de outubro de 2015

REFERÊNCIAS

- ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e oposição no Brasil (1964-1984)**. 5ª ed. Petrópolis: Vozes, 1989.
- BATALHA, Cláudio H. M. **Formação da classe operária e projetos de identidade coletiva**. In: O Brasil Republicano: o tempo do liberalismo excludente. Da Proclamação da República à Revolução de 1930. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- CARONE, Edgar. **Classes sociais e movimento operário**. São Paulo: Ática, 1989.
- DELGADO, Lucilia de Almeida Neves & FERREIRA, Jorge. (Orgs.). **O Brasil Republicano: o tempo da experiência democrática**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, p.127-154, 2003.
- FERREIRA, José Roberto Martins. **Os novos bárbaros: análise do discurso anticomunista do exercito brasileiro**. Dissertação de mestrado. PUCSP, São Paulo, 1986.
- GONÇALVES, Martina Spohr. **Páginas golpistas: democracia e anticomunismo através do projeto editorial do IPES (1961-1964)**. Dissertação de mestrado. UFF, Niterói, 2010.
- MANTOVANI, Thaís. A doutrina da contenção durante o governo Dutra. **Anais ANPUH**. João Pessoa, 2003.
- MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Em Guarda Contra o Perigo Vermelho**. São Paulo: Perspectiva, 2002.
- PACHECO, Eliezer. **O Partido Comunista Brasileiro (1922-1964)**. São Paulo: Alfa-Omega, 1984.
- PIMENTEL, Carlos Henrique Lopes. O anticomunismo e a esquerda militar no Brasil: uma análise historiográfica. **Revista história em reflexão**, vol., 05, p.01-12, Dourados, 2011.
- RODEGHERO, Carla Simone. **Memórias e Avaliações: norte-americanos, católicos, e a recepção do anticomunismo brasileiro entre 1945-1964**. Tese de doutorado, UFRGS, Porto Alegre, 2002.
- _____. Religião e patriotismo: o anticomunismo católico nos Estados Unidos e no Brasil nos anos da Guerra Fria. **Revista Brasileira de História**. São Paulo: vol. 22, p. 463-488, 2002.
- SEGATTO, José Antônio. **Breve história do PCB**. 2ª ed. Belo Horizonte: Oficina do Livro, 1989.
- SENA JÚNIOR, Carlos Zacarias F. de. **Os impasses da estratégia: os comunistas e os dilemas na União Nacional na revolução do impossível (1936-1948)**. Tese de doutorado. UFPE, Recife, 2007.
- SILVA, Heber Ricardo da. A democracia ameaçada: repressão política e a cassação do PCB na transição democrática brasileira (1945-1948). **Revista Histórica**. São Paulo: Edição nº 39, dezembro de 2009.